

Democracia, cidadania e direitos lgbt em Portugal: Algumas questões em aberto*

Ana Maria Brandão*

Reflectir sobre os impactos de Stonewall em Portugal levanta desafios maiores do que, à primeira vista, pode parecer. Desde logo, a produção científica nacional sobre o activismo lgbt encontra-se, ainda, num estado relativamente incipiente. Traçar esses impactos no que respeita ao exercício dos direitos de cidadania dos que escapam à heterossexualidade hegemónica pode, por isso, comparar-se à reconstituição de um *puzzle* a partir de um conjunto de pistas prosseguidas por diferentes investigadores e em diversas áreas disciplinares. Esta comunicação representa uma tentativa de unir alguns desses contributos, apontando trilhos possíveis de aprofundamento e de questionamento. Num primeiro momento, esquematizam-se certas condições históricas e sociais que permitiram a emergência do movimento lgbt; num segundo momento, atenta-se nalgumas contradições teóricas subjacentes à actuação do activismo lgbt; finalmente, enunciam-se algumas questões em aberto no que respeita à acção futura do activismo lgbt.

1. As condições históricas e sociais de emergência do activismo lgbt

Quando Stonewall acontece – a 27 de Junho de 1969 –, não acontece por acaso. A concentração geográfica foi fulcral para a formação de subculturas lgbt e para a sua mobilização política na medida em que ofereceu, simultaneamente, visibilidade e protecção (Castells, 1998; Faderman, 1992; Greenberg, 1988; Weeks, 1990, 1995). A formação de enclaves gays e lésbicos nas grandes metrópoles norte-americanas e

* Comunicação apresentada no Seminário “Para além do arco-íris: activismos lgbt e feminista nos 40 anos de Stonewall”, Coimbra, Instituto Português da Juventude, 20 de Novembro de 2009. O texto baseia-se na tese de doutoramento da autora (Brandão, 2007) e num projecto de investigação em curso (“O caso das lésbicas portuguesas no contexto das políticas para a igualdade”, PIHM/PI/0150/2008).

* Socióloga, Prof. Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho.

européias avoluma-se na sequência da II Guerra Mundial (Bérubé, 1990; D’Emilio, 1983, 1990; Faderman, 1992). Nos Estados Unidos, o clima especialmente repressivo do McCarthismo propiciou condições particulares de fortalecimento dessas subculturas, que, juntamente com o exemplo do movimento pelos direitos civis dos negros, facilitaram uma alteração das suas formas de acção (Faderman, 1992: 190-196). Também por ter sido uma resposta violenta e, neste sentido, sem precedentes, Stonewall despertou respostas institucionais e dos meios de comunicação social semelhantes às que surgiram durante a campanha pelos direitos civis, dando ao activismo gay e lésbico uma projecção que até aí não possuía (ibidem).

A “transmissão do modelo americano” (Weeks, 1990: 189) também atingirá Portugal, embora com um retardamento notório. Uma industrialização tardia que dificultou a criação de enclaves gays e lésbicos e, portanto, a formação de um sentido de identidade comum, associada à presença de um regime ditatorial e autárcico, contribuem para explicar a inexistência de um movimento semelhante à *Gay Lib* em Portugal (Gameiro, 1998). Apesar das tentativas de mobilização que se seguiram ao 25 de Abril, só na década de 1990 surge um associativismo lgbt reconhecível entre nós (Cascais, 2006; Marinho, s.d.; Santos, 2005). Ao contrário do que acontece noutras paragens, é um activismo que surge a partir de redes de amizade formadas no contexto das primeiras organizações não governamentais ligadas à luta contra a Sida (Amaral e Moita, 2004; Cascais 2006; Gameiro, 1998; Santos, 2005).

Há, ainda, que considerar os contributos do feminismo para o activismo lésbico, em particular. Apesar de “lésbica” e “feminista” não serem sinónimos, o feminismo tem sido apontado como um contexto favorável à expressão homo-erótica feminina e à consciencialização e mobilização política das lésbicas *enquanto* lésbicas (Faderman, 1992; Golden, 1994; Phelan, 1993; Wilton, 1995). Há indícios que sugerem que os primeiros passos do activismo lésbico português tiveram origem em redes de relacionamento informais de mulheres envolvidas em organizações feministas nacionais e/ ou internacionais (cf. Brandão, 2007, 2009). Apesar disso, em Portugal, o lesbianismo nunca fez parte da agenda feminista e tanto a expressão, como o protagonismo das lésbicas parecem ter sido sempre reduzidos, quer no contexto do

associativismo lgbt da década de noventa, quer no do feminismo português de segunda vaga (Amaral e Moita, 2004; Gameiro, 1998; Marinho, 2001).

Vários factores terão concorrido para este panorama: por um lado, o facto de o feminismo português ter sido sempre caracterizado pelo elitismo e por um fraco enraizamento social, pautando-se, em geral, por acções intermitentes e organizações pouco duradouras e avesso à adopção de posturas de confronto claro com a moralidade dominante; por outro lado, o Estado Novo e o seu modelo ideológico claramente desfavorável às mulheres terão criado um contexto mais fortemente desencorajador e limitador para estas, dificultando a criação e manutenção de redes próprias de sociabilidade.

A politização e as atitudes dos dirigentes lgbt, previsivelmente associadas aos seus trajectos pessoais e profissionais particulares, contrastam, assim, com a recalcitrância dos seus públicos-alvo no que respeita ao exercício activo da cidadania. Em geral, são enunciados problemas idênticos quer nos casos da população gay, quer da população lésbica, ainda que mais acentuados entre esta, nomeadamente: dificuldades de mobilização, sobretudo no que se refere à presença em acções lgbt públicas; escusa de protagonismo; e aposta na formação de redes de amizade, no contexto das próprias associações, que parecem funcionar também como “mercado sexual e amoroso” (Brandão, 2007, 2009; Gameiro, 1998).

2. Contradições teóricas subjacentes à acção do activismo lgbt

Em termos teóricos, o activismo lgbt nascido nas décadas de 1960/ 70 repousa sobre uma contradição fundamental: a conciliação de uma produção científica esmagadoramente assente numa abordagem construtivista da sexualidade e da identidade e a procura de um ponto de apoio estável e relativamente inexpugnável que facilite a mobilização política (cf. Epstein, 1992). Se a primeira tem mostrado à exaustão a relatividade sociocultural dos arranjos sexuais e a não linearidade entre práticas e preferências sexuais ao longo da vida, e usada como prova da ilegitimidade de pretensões discriminatórias, ela não deixa, aparentemente, de abrir portas à

contestação dessas pretensões e de sustentar apelos mais ou menos intermitentes a intervenções “curativas”/ “correctivas” da parte dos seus opositores.

A defesa de uma posição realista, i.e., a ideia da homossexualidade como condição estável e uma representação do gay e da lésbica como tipos de pessoas caracterizados por uma diferença essencial parece ser predominante entre o associativismo gay e lésbico. Na prática, isto significa que tanto a questão da relativa indeterminação identitária, como a da escolha têm sido sistematicamente remetidas para segundo plano, a despeito dos estudos empíricos que mostram que esta última é um dos factores presentes na construção identitária, postura coadjuvada, de resto, pela emergência de abordagens psicológicas/ terapêuticas que operam no mesmo sentido (cf. Golden, 1994; Hart, 1984; Stein, 1997).

O exemplo mais paradigmático de institucionalização e normalização das identidades lgbt-q é a história de *coming out*, invariavelmente presente nos *sites* das associações lgbt, que descreve uma sequência mais ou menos linear e com um desfecho previsível, uma grelha de leitura através da qual se mostra aos outros e se reafirma a si próprio a precocidade da “diferença”. Os efeitos performativos (Bourdieu, 1998) deste guião fundamental do movimento lgbt (Ponsonnet, 1978) estão presentes entre a população-alvo, mas contrastam com discursos privados mais fluidos, abertos e instáveis do que aquilo que se apregoa em público (cf. Brandão, 2007).

A questão ressurgiu mais recentemente com a abordagem *queer* e a sua contestação a quaisquer formas de estabilização identitária (Dynes, s.d.; Jagose, 1996; Penn, 1995). Mas a tendência de institucionalização do termo *queer* como designativo de uma identidade que engloba, desta feita, como ponto de apoio pouco mais do que o não normativo mantém a questão de saber se possui, verdadeiramente, a capacidade de fazer deslocar a norma ou se contribui, pelo contrário, para uma reformulação do campo em termos e com efeitos idênticos (Eves, 2004; Jagose, 1996; St-Hilaire, 1992; Valocchi, 2005; Walters, 1996; Whisman, 1993).

3. Algumas questões em aberto

Na sequência do que foi dito, saliente-se, em primeiro lugar, o fosso aparente entre os discursos dos activistas lgbt portugueses e os seus públicos-alvo. Resultados de entrevistas sugerem que as intenções de mobilização esbarram, sobretudo, com o receio dos efeitos do estigma aos níveis pessoal e profissional e/ ou com uma não identificação com os conteúdos desses discursos, neste último caso sobretudo entre mulheres de origem socioeconómica privilegiada (cf. Brandão, 2007). Para além de eventuais perdas pessoais, de emprego e de carreira, há, pois, que considerar, ainda, discordâncias face a uma concepção linear da relação entre identidade, afectos e sexualidade, entendida, em vários casos, como incompatível com as identidades e as experiências de vida pessoais. Apesar de tudo, o papel e a relevância da acção das associações lgbt são amplamente reconhecidos e a pressão interna no sentido do envolvimento pessoal não deixa de estar presente, ainda que a possibilidade de exposição pública seja recusada.

Daqui decorrem algumas questões relevantes do ponto de vista do activismo lgbt: Como fazer chegar à população lgbt uma mensagem que esta entenda como sua e que conduza, efectivamente, à sua mobilização? Como ultrapassar a tendência para uma reificação das identidades que arrisca constituir-se como nova norma com os efeitos de exclusão daí decorrentes¹? Em suma, como desenvolver uma “política da vida”, que traduza uma libertação face à autoridade e à dominação hierárquica, por oposição a uma “política da emancipação”, que permanece limitada por constrangimentos institucionais e estruturais de diversos tipos (Giddens, 1997: 195-199)?

Bibliografia citada:

¹ Veja-se, por exemplo, o caso da bissexualidade, geralmente entendida como uma “recusa”, por parte do indivíduo, em “assumir” a sua “verdadeira” identidade – heterossexual *ou* homossexual (cf. Brandão, 2007; Stein, 1978)...

AMARAL, Ana Luísa, MOITA, Gabriela (2004), Como se faz (e se desfaz) o armário: Algumas representações da homossexualidade no Portugal de hoje, in Fernando Luís Cascais (org.), *Indisciplinar a Teoria: Estudos Gays, lésbicos e queer*, s.l., Fenda, pp. 99-115.

BÉRUBÉ, Allan (1990), Marching to a Different Drummer: Lesbian and Gay GIs in World War II, in Martin Duberman, Martha Vicinus e George Chauncey (org.), *Hidden from History: Reclaiming the gay and lesbian past*, s.l., Meridian, pp. 383-394.

BOURDIEU, Pierre (1998), *O Que Falar Quer Dizer*, Algés, Difel.

BRANDÃO, Ana Maria (2009), Not quite women: Lesbian activism in Portugal, comunicação apresentada ao *COST-Action A-34 Fifth Symposium: Social Movements and Well-Being*, Amesterdão, 4 a 7 de Março.

_____ (2007), “E se tu fosses um rapaz?” *Homo-erotismo feminino e construção social da identidade*, Dissertação de doutoramento, Braga, Universidade do Minho.

CASCAIS, António Fernando (2006), O Associativismo GLBT português, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp. 109-129.

CASTELLS, Manuel (1998), *The Information Age: Economy, society and culture*, vol. II, Cornwall, Blackwell Publishers.

D’EMILIO, John (1990), Gay Politics and Community in San Francisco since World War II, in Martin Duberman, Martha Vicinus e George Chauncey (org.), *Hidden from History: Reclaiming the gay and lesbian past*, s.l., Meridian, pp. 456-473.

_____ (1983), Capitalism and Gay Identity, in Ann Snitow, Christine Stansell e Sharon Thompson (org.), *Powers of Desire*, New York, Monthly Review.

DYNES, Wayne R. (s.d.), Queer Studies: In search of a discipline [Online], disponível:
http://www.fc.net/~arathus/other/queer_studies_in_search_of_a_discipline.txt [1999, 27 de Junho].

EPSTEIN, Steven (1992), Gay Politics, Ethnic Identity: The limits of social constructionism, in Edward Stein (org.), *Forms of Desire: Sexual orientation and the social constructionist controversy*, New York, Routledge, pp. 239-293.

EVES, Alison (2004), Queer Theory, Butch/ Femme: Identities and lesbian space, *Sexualities*, 7 (4), pp. 480-496.

FADERMAN, Lilian (1992), *Odd Girls and Twilight Lovers: A history of lesbian life in twentieth-century America*, s.l., Penguin Books.

GAMEIRO, Octávio José Carreira (1998), *Do Acto à Identidade: Orientação sexual e estruturação social*, Dissertação de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

GIDDENS, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.

GOLDEN, Carla (1994), Our Politics and Choices: The feminist movement and sexual orientation, in Beverly Greene e Gregory M. Herek (org.), *Lesbian and Gay Psychology: Theory, research and clinical applications*, Thousand Oaks, Sage, pp. 55-70.

GREENBERG, David F. (1988), *The Construction of Homosexuality*, Chicago, The University of Chicago Press.

HART, John (1984), Therapeutic Implications of Viewing Sexual Identity in Terms of Essentialist and Constructionist Theories, in John P. De Cecco (org.), *Bisexual and Homosexual Identities: Critical clinical issues*, New York, The Haworth Press, pp. 39-51.

JAGOSE, Annamarie (1996), Queer Theory [Online], disponível: <http://www.lib.latrobe.edu.au/AHR/archive/Issue-Dec-1996/jagose.html> [1999, 22 de Julho].

MARINHO, Susana (2001), LGBT e outros movimentos sociais, Comunicação apresentada no Ciclo de Debates 10 Anos de Luta pelo Direito à Felicidade [Online], disponível: http://www.geocities.com/girl_ilga/intervencaoGTH.htm [2003, Abril 16].

_____ (s.d.), Contribuição para a História do Lesbianismo em Portugal. [Online], disponível: http://www.geocities.com/girl_ilga/histlesport.htm [2005, Janeiro 24].

PENN, Donna (1995), Queer: Theorizing politics and history, *Radical History Review*, 62, pp. 24-42.

PHELAN, Shane (1993), (Be)Coming Out: Lesbian identity and politics, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 18 (4), pp. 765-790.

PONSE, Barbara (1978), *Identities in the Lesbian World: The social construction of self*, Westport, Greenwood Press.

SANTOS, Ana Cristina (2005), *A Lei do Desejo: Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal*, Porto, Afrontamento.

STEIN, Arlene (1997), *Sex and Sensibility: Stories of a lesbian generation*, Berkeley, University of California Press.

ST-HILAIRE, Colette (1992), Le paradoxe de l'identité et le devenir-queer du sujet: de nouveaux enjeux pour la sociologie des rapports sociaux de sexe, *Recherches Sociologiques*, 3, pp. 23-42.

VALOCCHI, Stephen (2005), Not yet queer enough: The lessons of queer theory for the sociology of gender and sexuality, *Gender & Society*, 19 (6), pp. 750-770.

WALTERS, Suzanna Danuta (1996), From here to queer: Radical feminism, postmodernism, and the lesbian menace (or, why can't a woman be more like a fag?), *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 21 (4), pp. 830-869.

WEEKS, Jeffrey (1995), Questions of Identity, in Pat Caplan (org.), *The Cultural Construction of Sexuality*, London, Routledge, pp. 31-51.

WEEKS, Jeffrey (1990), *Coming Out: Homosexual Politics in Britain from the Nineteenth Century to the Present*, London, Quartet Books.

WHISMAN, Vera (1993), Identity crises: Who is a lesbian, anyway?, in Arlene Stein (org.), *Sisters, Sexperts, Queers: Beyond the lesbian nation*, New York, Plume, pp. 47-60.

WILTON, Tamsin (1995), *Lesbian Studies: Setting an agenda*, London, Routledge.